



ARTIGO LIVRE

**O CONCLAVE DO “PAPA”
GEOVANI:
UM EPISÓDIO DA
HISTÓRIA DO ES (2003)**

André Ricardo Valle Vasco Pereira

Professor do Departamento de História da UFES. Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ.

Resumo

Este trabalho trata da eleição do deputado estadual Geovani Silva (PTB) para a presidência da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, no início de 2003. Pouco tempo depois, a Justiça anulou o pleito, dando ao governador Paulo Hartung (PSB) uma nova oportunidade para alterar o desenho da coalizão de governo que ele herdou, e que acabou sendo fundamental para explicar o evento. O processo se deu sob a influência do deputado José Carlos Gratz (PFL), que havia assumido a direção do que é chamado aqui de "Partido da Mesa Diretora (PMD)", ou seja, um grupo autônomo que ocupou o núcleo da coalizão no Parlamento, retirando poder do Chefe do Executivo. Há uma interpretação clássica acerca da capacidade de direção dos governadores (ABRÚCIO, 1998), que não cabia para o ES até então. O evento tem a ver com esta diferença. O modelo que vigia até então concentrou recursos na presidência, que buscava atender aos pleitos dos parlamentares, de forma autônoma com relação ao Executivo. Um mero erro de cálculo deu a Hartung a possibilidade de mudar este aspecto.

Palavras-chave: presidencialismo de coalizão, Espírito Santo, Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES); Paulo Hartung, José Carlos Gratz.

Introdução

Há um episódio da história recente capixaba que merece ser revisitado. Em fevereiro de 2003, o então deputado estadual Geovani Silva, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Pouco tempo depois, o ato foi suspenso pela Justiça. Um novo pleito ocorreu, com a vitória da chapa encabeçada por Cláudio Vereza, do Partido dos Trabalhadores (PT). Este evento se insere como parte de um processo maior, que é a formação de coalizões de governo, ou seja, a negociação entre Executivo e Legislativo, envolvendo a ocupação de cargos nas duas instân-

Abstract

This paper deals with the election of state deputy Geovani Silva (PTB) as Speaker of the Legislative Assembly of Espírito Santo, in early 2003. Shortly afterwards, the State Court of Justice annulled the election, giving Governor Paulo Hartung (PSB) a new opportunity to change the design of the government coalition he inherited, and which ended up being fundamental to explain the event. The process took place under the influence of Deputy José Carlos Gratz (PFL), who had taken over the leadership of what is called here the "Directing Board Party (DBP)", that is, an autonomous group that occupied the nucleus of the coalition in the Parliament, removing power from the Chief Executive. There is a classic interpretation about the ability of governors to lead the coalition (ABRÚCIO, 1998), which did not fit Espírito Santo case until then. The event has to do with this feature. The model concentrated resources on the presidency, which sought to respond to the demands of parliamentarians, autonomously in relation to the Executive. A mere miscalculation of the DBP gave Hartung the possibility to make a change.

Keywords: coalition presidentialism, state of Espírito Santo (Brazil), Espírito Santo Legislative Assembly, Paulo Hartung, José Carlos Gratz.

cias e a distribuição de verbas aos deputados, com o objetivo de garantir ao governo uma maioria no Parlamento (ABRANCHES, 2018). O que se segue aqui não é uma narrativa do que houve. A proposta é a de interpretar o que aconteceu com base no conceito de presidencialismo de coalizão.

No Espírito Santo, ao longo dos anos 1990, os governadores perderam a capacidade de instalar o seu partido e/ou seu grupo político pessoal nos cargos principais da ALES. O que emergiu foi um arranjo específico, chamado aqui de "Partido da Mesa Diretora (PMD)" e que tinha como chefe a figura do depu-

tado estadual José Carlos Gratz, do Partido da Frente Liberal (PFL). A concentração de poder nas mãos de Gratz foi enorme e se deu com base na sua capacidade de distribuir recursos aos pares. Em 2002, ele foi reeleito, mas acabou sendo cassado. O vencedor do pleito para ocupar o Palácio Anchieta, sede do Executivo, foi Paulo Hartung, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Gratz e seus aliados foram inseridos na imagem, muito explorada por Hartung, de membros do "crime organizado" ou epítetos assemelhados. Eles estavam fora do seu espaço de preferência para dirigir a ALES. Assim, foi iniciado um processo de negociações para que o governo pudesse eliminar o PMD e ocupar o núcleo da coalizão de governo na ALES com apoiadores. Ocorre, porém, que ele foi derrotado. Gratz e seus aliados atuaram nos bastidores, obtendo uma votação expressiva para o deputado novato Geovani Silva.

Um detalhe deste processo foi o fato de que alguns parlamentares haviam sido afastados e, por conta disso, não poderiam participar da eleição. Entretanto, apesar de Gratz ter renunciado ao cargo, ele contou com o apoio do então diretor-geral da Casa, André Nogueira, para fechar as portas que davam acesso ao plenário e, com isso, impedir a entrada de oficiais de Justiça, que traziam a ordem de afastamento. Uma conversa por telefone entre os dois foi gravada e, posteriormente, divulgada. A cobertura do diálogo foi a seguinte:

A comemoração é entre André Nogueira e Gratz. "Nós ganhamos por minutos, porque, quando começou a votação [...] chegaram os oficiais de Justiça. O plenário é o quê? Inviolável, não é?", indagou Nogueira. Em resposta, Gratz relatou: "É verdade". [...] Durante a conversa com Gratz, Nogueira comparou a Assembleia ao Vaticano. "Não é isso? Não é igual ao Vaticano território lá, nosso? Tranquei tudo. Coloquei dois seguranças em cada porta", declarou Nogueira (GARCIA; AMORIM, 2003).

O acordo que levou à vitória do grupo foi reche-

ado de reuniões secretas, nas quais seus membros não trouxeram dados aos meios de comunicação. No dia, em si, a principal autoridade burocrática da ALES trancou os eleitores no plenário e fez a analogia com a forma como os papas são escolhidos. A capela Sistina é fechada "com chave", de onde vem o termo conclave. A maioria estava formada e os votos foram contados. Gratz deteve um poder que poderia ser comparado ao do Sumo Pontífice do catolicismo. O seu sucessor, porém, seria mais um papa entre aspas, não só pelo fato de que uma eminência parda teria ali influência, como porque o PMD, neste episódio, demonstrava sua continuidade. A questão analítica aqui é a ideia de que o desenho de coalizão estaria sendo mantido, impondo derrotas ao chefe do Executivo.

A denúncia de que o "conclave" teria sido ilegal levou, contudo, à sua suspensão pela Justiça. Diante da grave derrota sofrida, Hartung iniciou novas rodadas de negociação, que não podiam ignorar os eleitores de Geovani. Outro pleito foi realizado, com a vitória de Vereza. A partir dali, mecanismos que sustentavam o funcionamento do PMD foram desfeitos. A dinâmica que se instaurou levou a uma nova forma de funcionamento da coalizão. Neste trabalho, o que está em questão é tomar um evento para mergulhar nos processos políticos.

Há uma interpretação clássica (ABRÚCIO, 1998), segundo a qual os governadores brasileiros possuem enorme capacidade para controlar a agenda do Legislativo. Não foi este o caso do Espírito Santo (PEREIRA, 2014). Ao estudar este assunto, a questão não é tanto a de verificar se o Executivo vencida ou não as votações, mas de perceber quem controlava a agenda e qual o custo do seu apoio. Na metade do mandato de Vitor Buaiz (1995/98) e ao longo do de José Ignácio (1999/2002), o trâmite das matérias estava sob a batuta de Gratz. Hartung esteve muito perto de, ao início de seu primeiro mandato, ter que lidar com um presidente da ALES guiado pelo ex-deputado e/ou pelo seu grupo de aliados (o PMD). Um erro de cálculo destes levou à anulação da primeira Mesa. Foi um

lance de “sorte” para o governador. Tendo aprendido a lição, ele alterou sua posição no jogo e conseguiu, ao longo de um processo que teve várias etapas, atingir o nível de poder que Abrúcio preconiza. Ou seja, não foi algo da “natureza” da política estadual, mas uma mudança que precisou levar em conta as bases do surgimento do PMD e seu maior segredo: a distribuição interna de recursos da ALES, o que passou a ser desfeito pelo novo presidente. De maneira adicional, legisladores ligados ao PMD foram colocados “nas cordas”, quer dizer, em posição defensiva. Para tanto, foi necessário tomar medidas específicas, contando com o apoio de atores externos ao Parlamento.

Hartung passou à história como o governador mais poderoso do Espírito Santo, a ponto de ter recebido apelidos como o de “Imperador”. O evento aqui discutido foi fundamental para que ele chegasse a este estágio. Em termos do debate sobre o presidencialismo de coalizão, o que se pretende destacar aqui é que ele pode ter várias formas de funcionamento. Uma delas é a ocupação do núcleo da coalizão por forças autônomas com relação ao Chefe do Executivo, impondo altos custos para que ele possa controlar a agenda. Algo parecido se estabeleceu no Congresso Nacional a partir da metade do mandato de Jair Bolsonaro e se mantém no início do terceiro governo de Lula. O que se deu no Espírito Santo pode servir de aprendizado ao que tem sido visto como a crescente dificuldade de governar imposta por outro grupo autônomo, desta vez chamado de “Centrão”.

O que o ES pode ensinar ao Brasil

Estudos recentes sobre o presidencialismo de coalizão no plano federal brasileiro têm chamado a atenção para suas crescentes dificuldades. A questão mais importante é de compreender o arranjo confeccionado, como fazem, para o Congresso Nacional, Fabiano Santos e Thomas Trautman, que estão entre os raros analistas que apontam com precisão os operadores da coalizão:

a presidência da Câmara sob o comando do deputado Arthur Lira, do PP de Alagoas, derrubou o veto presidencial sobre a criação das emendas de relator, fórmula pela qual o Congresso passa a determinar a execução de emendas do orçamento de forma impositiva. Essas emendas são distribuídas sob controle direto dos presidentes da Câmara e do Senado, ampliando o poder do Legislativo na definição de políticas públicas e execução de obras. Batizado de orçamento secreto (SANTOS; TRAUTMAN, 2022, p. 132-133)

Muitos trabalhos lidam com o orçamento secreto de forma imprecisa ou destacam a figura do relator-geral do orçamento, sem associá-lo a um posto na coalizão. De um lado, os presidentes das Mesas; no meio, o relator; no Executivo, outro braço:

Com a edição do decreto presidencial 10.937, de 23 de janeiro de 2022, ficou estabelecido que qualquer decisão do Ministério da Economia sobre créditos especiais, créditos extraordinários, remanejamento ou transferência de dotação orçamentária passasse a ser ‘condicionada à manifestação prévia favorável do ministro de Estado chefe da Casa Civil da presidência da República’ (SANTOS; TRAUTMAN, 2022, p.133).

A pessoa em questão era o Ministro-Chefe da Casa Civil, senador licenciado e presidente nacional do PP, Ciro Nogueira. Na linguagem que está sendo usada aqui, o Centrão ocupou o núcleo da coalizão, de forma autônoma com relação ao Chefe do Executivo. Várias ações foram tomadas no sentido de prover recursos aos parlamentares que aderissem à Situação. Uma delas foi o Fundo Eleitoral de R\$ 4,9 bilhões para 2022. Outra foi o chamado orçamento secreto. As emendas parlamentares (em 2015) e de bancada (em 2019) já haviam sido instituídas como “impositivas”. Só que o orçamento de 2022 teve “R\$ 66,1 bilhões de recursos disponíveis para alocação diretamente pelo Parlamento sem qualquer interferência ou participação do Poder Executivo. Esse valor é superior a todos os investimentos programados para o exercício, que

foi de R\$ 44 bilhões” (RIBEIRO, 2022, p. 8). O mesmo autor chama a atenção para as chamadas emendas “pix”, criadas em 2019. Elas permitem a:

transferência dos valores correspondentes às emendas individuais destinadas a estados, DF e municípios sem a formalização de convênios ou instrumentos congêneres, e sem qualquer vinculação a projeto ou atividade assemelhando-se a uma verdadeira doação, pois tais recursos passam a pertencer ao beneficiário no ato da transferência (RIBEIRO, 2022, p. 10).

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, válida para 2020, o relator-geral pode criar emendas com identificadores de Resultado Primário 9 (RP-9). Estas é que passaram a ser conhecidas como “orçamento secreto”. Este mecanismo permite que o relator receba dos parlamentares indicações informais, que ficam escondidas no identificador genérico RP-9. As emendas individuais e as de bancada são, teoricamente, “impositivas”. Isto faria com que o custo de se colocar na Oposição diminuísse. Na verdade, porém, há formas para manipular o pagamento das mesmas, como, digamos, por meio dos contingenciamentos, ou das exigências legais para a liberação de recursos (BASSI, 2023). No modelo atual, as RP-9 deram ao grupo que controla o Congresso, que poderia ser chamado de Partido das Mesas Diretoras, por comparação com o estudo aqui feito, a capacidade de criar uma conta que atenda a colegas selecionados, de forma não transparente, o que fica impossibilitado no caso das emendas “impositivas”:

Ao mesmo tempo, as transferências sem convênios, nas quais estados ou municípios não precisam dar contrapartida, operadas pelos órgãos federais, também são formas discricionárias que podem atender aos membros da Situação por fora das emendas “impositivas”. O mesmo vale para os Termos de Fomento, direcionados a organizações da sociedade civil. Ora, “emendas pix” e “emendas RP-9” são novidades introduzidas no início do governo Bolsonaro. Porém, apenas na sua segunda parte, quando o presidente negociou com o Centrão uma coalizão na qual

este ocupou o núcleo, é que tais mecanismos passaram, de fato, a permitir que seus operadores agissem em dois estágios: elaboração e execução da peça orçamentária por meio de negociações informais com o Executivo em troca de aprovação da agenda no Legislativo. A ligação entre o Legislativo e o Executivo ficou institucionalizada da seguinte forma:

os ministérios elaboram os levantamentos sobre suas necessidades e repassam à Casa Civil, chefiada por um senador pertencente ao Centrão. Por outro lado, a Secretaria de Governo do Congresso, que articula a relação com o governo, tem lugar na comissão de técnicos de assessoramento da Junta de Execução Orçamentária do Ministério da Casa Civil e da Economia (RIBEIRO, 2021, p. 72-73).

O que isso mostra é que há desenhos nos quais o Chefe do Executivo não consegue inserir seu partido e/ou seu grupo político no núcleo da coalizão. Este se autonomiza e busca acessar recursos para redistribuí-los aos pares, de forma a manter o controle da agenda. É comum que a imprensa e atores políticos interpretem este fenômeno como ação de “corruptos”. Esta postura, contudo, não dá conta de um problema inerente ao presidencialismo de coalizão. O estudo do “conclave” de 2003 abre portas para entender como um grupo autônomo ocupa e perde o controle do núcleo. Seu segredo fundamental é o acesso a recursos para redistribuição aos parlamentares. Se eles forem monopolizados pelo governo, os termos clássicos se impõem, ou seja, o Legislativo negocia cargos no Executivo e liberação de verbas pelo Executivo. Assim, o caso capixaba pode ajudar a discutir a questão no plano nacional. Para tanto, o texto passa a explorar justamente o problema do desenho

Desenhando a coalizão

A lógica de funcionamento do presidencialismo de coalizão em um país com sistema multipartidário

altamente fragmentado, que é o caso Brasil, passa pela solução do problema básico em arenas coletivas, que é o de coordenar a ação coletiva. Os partidos, em geral, não são capazes de fazer isso (ou de fazer a contento). Desta forma, o jogo pode ser analisado, da forma mais simplificada possível, do ponto de vista de uma interação entre um bloco de Situação e um bloco de Oposição. A formação da coalizão de governo, por meio da distribuição de cargos, verbas e, possivelmente, recursos ilegais (sempre mais difíceis de traçar) promove a aglutinação dos que aderem ao Executivo. Os que ficam na Oposição se beneficiam da sinalização aos setores do eleitorado que sempre estão insatisfeitos com os governos ou são por eles prejudicados. Há parlamentares que se apresentam ou são considerados "independentes". Há outros eufemismos do tipo. Do ponto de vista da estratégia do jogo, são atores que buscam se colocar na posição de pivôs, ou seja, negociar seu apoio apontando para a possibilidade de votar com a Oposição. Neste sentido, não se trata de pensar em termos de Situação x Independentes x Oposição. Os "independentes" só existem porque o Executivo diminui os custos de decisão dos que aderem (Situação), criando, com isso, o espaço informacional para a Oposição e a dinâmica desta interação é que permite a busca pela posição de pivô. Dependendo do nível de sucesso do Executivo, ele pode ser capaz de aumentar muito os custos de aderir à Oposição e, desta forma, de ampliar ou não o espaço para o que pensam em buscar a posição de pivô. Há, portanto, uma diferença entre o que os atores dizem e como se pode interpretar o seu comportamento em termos estratégicos.

Na formação da coalizão de governo, a Situação tende a possuir um núcleo, em geral formado pelo partido do Chefe do Executivo, ladeado pelos aliados na eleição. Como, no Brasil, devido à alta dispersão partidária, o núcleo quase nunca forma maioria, o Chefe do Executivo busca negociar com os outros líderes partidários a sua incorporação na coalizão. A lógica seria: Partido do Chefe do Executivo > Partidos aliados na eleição > Partidos aderentes à Situação.

A Oposição depende do espaço informacional e os Independentes buscam se posicionar como pivôs. Estes, muitas vezes, acabam sendo incorporados à margem da Situação ou ficam flutuando.

No caso do Espírito Santo, o que prevalece é um arranjo Oligárquico Competitivo e não Poliárquico (DAHL, 2005). A base fundamental é a dispersão do eleitorado pelo território em unidades com pouca relevância numérica em si. Ou seja, o eleitorado de certa cidade não é capaz de decidir uma eleição para o governo do Estado. Em cada município ou microrregião tendem a existir grupos oligárquicos que disputam o poder local e demandam Transferências Concentradas de Recursos (TCR) invés de Transferências Difusas de Recursos (TDR) ou políticas em geral, por meio de mecanismos de Regulação Difusa (RD) (SANTOS, 1995). Os deputados estaduais buscam ocupar o papel de mediadores entre o poder local e o governo do Estado. Tendo em vista a alta dependência do poder local com relação a tais TCRs, há uma tendência dos parlamentares em aderirem ao Executivo. É neste ponto, contudo, que se inserem a variável do "peso" das agendas. Se o Executivo dispuser de recursos escassos e buscar a aprovação de uma agenda "pesada" no Parlamento, o espaço informacional para a Oposição cresce bastante. Neste caso, surge a oportunidade estratégica para que um grupo informal se posicione como pivô, cobrando um prêmio muito alto pela sua adesão do governo. Esta é a origem do que foi chamado de "Partido da Mesa Diretora" (PEREIRA, 2014).

O Partido da Mesa Diretora (PMD)

O PMD surgiu de uma articulação entre parlamentares experientes, que acabou sendo submetida à direção de um ator que possuía recursos pessoais extraparlamentares, que foi José Carlos Gratz. O posicionamento estratégico obtido permitiu o controle concentrado da máquina do Legislativo na figura do presidente; o acesso a recursos do Executivo, também mediados por ele; o acesso a eventuais meios

de origem desconhecida que possam ter sido usados para manter o grupo coeso. A Assembleia dispunha de cargos comissionados, meios materiais (automóveis, verbas variadas de gabinete, etc.) e valores para patrocínio de entidades, que foram desviados para outros propósitos. Só aí foi possível atender aos interesses de muitos legisladores. Não é impossível que o Executivo tenha usado, também, meios sob seu domínio (cargos e verbas) para atrair os parlamentares ao bloco da Situação, mas é fato que o PMD teve a capacidade de fazer a mesma coisa com grau bastante elevado de autonomia.

Ao final do mandato de José Ignácio Ferreira, os escândalos de corrupção que surgiram tiveram como resultado a criação de uma Força Tarefa que, entre outras coisas, obteve provas usadas contra Gratz, de forma a cassar seu novo mandato antes da posse em 2003. Ao ser excluído da legislatura, é possível que Hartung tenha considerado que o alto grau de concentração de poder na figura do deputado tivesse sido extinto. Independentemente do que se passou, o esquema montado pelo PMD continuou em funcionamento. Parlamentares reeleitos e alguns novatos se articularam com o objetivo de lançar uma candidatura à presidência da Casa em posição de independência com relação ao governador. Ou seja, o objetivo era o de manter a posição do PMD sem a presença direta de Gratz. É difícil dizer quanto da influência direta deste esteve presente no processo. O fato é que o nome escolhido foi o de um deputado inexperiente, ex-jogador de futebol, Geovani Silva. Foi possível angariar o número suficiente de votos para que ele vencesse o pleito. A Força Tarefa, contudo, fez gravações que foram usadas para expor publicamente as articulações. Este aspecto pode ter sido decisivo para que a Justiça cancelasse a eleição.

Raciocínios contrafatuais são perigosos, mas é válido considerar o que teria acontecido se Geovani tivesse permanecido como presidente da Assembleia. No caso hipotético de uma influência indireta de Gratz, a inexperiência dele poderia ter sido compensada. E havia a possibilidade de que os reeleitos

que faziam parte do PMD assumissem o papel de orientação. Algumas posições-chave na máquina do Legislativo poderiam ter permanecido nas mãos de antigos operadores do PMD, de forma que Hartung ficasse na impossibilidade de desconstituir o grupo e se transformar no líder da coalizão.

Hartung como líder partidário e a ocupação do núcleo da coalizão

A princípio, de acordo com o modelo citado aqui, o Chefe do Executivo insere o seu partido no núcleo da coalizão. Este processo, contudo, pode apresentar variações empíricas. Há lideranças que não controlam os seus partidos. Há partidos altamente facciosos. Há lideranças que preferem distribuir seus aliados em diferentes legendas. Assim, alguns desenhos de coalizão podem ter a ver com tais características. Por esta razão, é conveniente observar que Hartung foi prefeito de Vitória (1993/96). Na época, seu grupo estava concentrado no PSDB. Em 1999, porém, ele resolveu deixar o PSDB e ingressar no Partido Popular Socialista (PPS). O movimento se deu por conta do controle exercido por José Ignácio na legenda. O prefeito de Vitória, Luiz Paulo, resolveu não seguir o mesmo caminho e permaneceu no PSDB. Com isso, membros do grupo se dividiram entre as duas agremiações e mais o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Contudo, nas negociações para se lançar ao governo do estado em 2002, Hartung optou por ingressar no Partido Socialista Brasileiro (PSB), levando consigo o deputado estadual Lelo Coimbra, de seu grupo, que saiu do PDT. O PSB era comandado pelo então secretário de Meio Ambiente da Serra, Renato Casagrande. Outros aliados de Hartung permaneceram no PSB, no PPS (como o então vereador licenciado de Vitória, César Colnago) e até no Partido Social Cristão (PSC). Ou seja, a estratégia era a de pulverizar aliados pelas legendas. O PSB lançou a candidatura de Hartung ao governo e o então deputado federal pelo PTB, Max Mauro, também se apresentou ao Palácio Anchieta.

Alguns atores optam pela dispersão de lideranças por várias agremiações, como é o caso dos evangélicos e foi o caminho do grupo de Hartung. No final, ele foi eleito ao governo tendo seu aliado Lelo Coimbra como vice, os dois do PSB, e mais dois companheiros na Assembleia: César Colnago e Anselmo Tose, ambos filiados ao PPS. Na Prefeitura de Vitória ficaram os aliados mais importantes do PSDB. Qual foi o resultado disso para a discussão que está sendo feita aqui? O PSB não era controlado por Hartung. Este partido elegeu dois parlamentares: Paulo Foletto e Janete de Sá, ambos com trajetórias próprias. O PSDB tinha mais dois: Mariazinha Vellozo Lucas e Rudinho de Souza. A primeira, apesar de ser mãe do prefeito de Vitória, possuía perfil de independência com relação a Hartung. Rudinho era filho de Valci Ferreira, conselheiro do Tribunal de Contas e membro original do grupo que gestou o PMD. E o PPS tinha os dois citados. Ou seja, Hartung só poderia contar mesmo com estes, uma base ínfima de 7% do plenário. De qualquer forma, mesmo os 6 citados dariam só 20% do total.

Os cenários em jogo para Hartung

O que está em questão aqui é o fato de que Hartung não estava em condições de localizar o seu partido/grupo político no núcleo de uma coalizão que ele precisaria montar. Isto remete, então, aos aliados no pleito. Observando o desenho final do plenário, conforme apresentado abaixo, é possível perceber que, dos eleitos, tendo em vista o comportamento

N	Parlamentar	Partido	Apoio na eleição
1	HERALDO MUSSO	PPB	Isolado
2	REGINALDO DE ALMEIDA	PPB	Isolado
3	GILSON AMARO	PPB	Isolado
4	FÁTIMA COUZI	PPB	Isolado
5	JOSÉ ESMERALDO	PFL	Isolado
6	GILSON GOMES	PFL	Isolado
7	JOSE RAMOS	PFL	Isolado
8	MARCOS GAZZANI	PGT	Isolado
9	JOSE TASSO	PTC	Isolado
10	SUELI VIDIGAL	PDT	Max Mauro
11	CABO ELSON	PDT	Max Mauro
12	MARCELO SANTOS	PTB	Max Mauro
13	EUCLERIO SAMPAIO	PTB	Max Mauro
14	GEOVANI SILVA	PTB	Max Mauro
15	CARLOS CASTEGLIONE	PT	Max Mauro (informal)
16	HELDER SALOMÃO	PT	Max Mauro (informal)
17	CLAUDIO VEREZA	PT	Max Mauro (informal)
18	BRICE BRAGATO	PT	Max Mauro (informal)
19	CLÁUDIO THIAGO	PL	Max Mauro (informal)
20	ROBSON VAILLANT	PL	Max Mauro (informal)
21	EDSON VARGAS	PMN	Max Mauro (informal)
22	DÉLIO IGLESIAS	PSC	Hartung
23	PAULO FOLETTTO	PSB	Paulo Hartung
24	JANETE DE SÁ	PSB	Paulo Hartung
25	LUIZ CARLOS MOREIRA	PMDB	Paulo Hartung (informal)
26	SÉRGIO BORGES	PMDB	Paulo Hartung (informal)
27	MARIAZINHA VELLOZO LUCAS	PSDB	Paulo Hartung (informal)
28	RUDINHO DE SOUZA	PSDB	Paulo Hartung (informal)
29	ANSELMO TOSE	PPS	Paulo Hartung (informal)
30	CÉSAR COLNAGO	PPS	Paulo Hartung (informal)

de seus partidos e ou coligações, três grandes grupos poderiam ser considerados. Alguns partidos/coligações apoiaram abertamente as candidaturas de Hartung ou de Max Mauro (PTB). Outros se alinharam a eles de maneira informal. E houve os que, mesmo tendo lançado candidatos ao governo ou Senado, estavam, na verdade, se posicionando de

forma isolada com relação aos cargos principais¹.

Os três grupos seriam: apoio formal ou informal a Max Mauro, com 12 nomes (40% do Casa), 9 ao lado de Hartung (30%) e 9 isolados (30%). Ocorre, porém, que a dinâmica eleitoral não correspondeu ao processo de formação da coalizão. Dos 9 "hartungistas", só dois poderiam ser considerados fiéis a ele. Uma reorganização da tabela pelo critério da classificação ideológica, combinada com o apoio na eleição, vem abaixo:

N	Parlamentar	Partido	Apoio na eleição
1	HERALDO MUSSO	Direita	Isolado
2	REGINALDO DE ALMEIDA	Direita	Isolado
3	GILSON AMARO	Direita	Isolado
4	FÁTIMA COUZI	Direita	Isolado
5	JOSÉ ESMERALDO	Direita	Isolado
6	GILSON GOMES	Direita	Isolado
7	JOSE RAMOS	Direita	Isolado
8	MARCOS GAZZANI	Direita	Isolado
9	JOSE TASSO	Direita	Isolado
10	RUDINHO DE SOUZA	Direita	Paulo Hartung (informal)
11	DÉLIO IGLESIAS	Direita	Hartung
12	CABO ELSON	Centro-direita	Max Mauro
13	GEOVANI SILVA	Centro-direita	Max Mauro
14	ROBSON VAILLANT	Centro-direita	Max Mauro
15	MARCELO SANTOS	Centro	Max Mauro
16	EUCLERIO SAMPAIO	Centro	Max Mauro
17	CLÁUDIO THIAGO	Centro	Max Mauro (informal)
18	LUIZ CARLOS MOREIRA	Centro	Paulo Hartung (informal)
19	SÉRGIO BORGES	Centro	Paulo Hartung (informal)
20	EDSON VARGAS	Centro	Max Mauro (informal)
21	MARIAZINHA VELLOZO LUCAS	Centro	Paulo Hartung (informal)
22	SUELI VIDIGAL	Centro-esquerda	Max Mauro
23	CARLOS CASTEGLIONE	Centro-esquerda	Max Mauro (informal)
24	HELDER SALOMÃO	Centro-esquerda	Max Mauro (informal)
25	CLAUDIO VEREZA	Centro-esquerda	Max Mauro (informal)
26	PAULO FOLETTTO	Centro-esquerda	Paulo Hartung
27	JANETE DE SÁ	Centro-esquerda	Paulo Hartung
28	ANSELMO TOSE	Centro-esquerda	Paulo Hartung
29	CÉSAR COLNAGO	Centro-esquerda	Paulo Hartung
30	BRICE BRAGATO	Esquerda	Max Mauro (informal)

Da direita para a esquerda, a distribuição foi a seguinte: 11 (36,7% do plenário) à direita, 3 (10%) de centro-direita, 7 (23,3%) de centro, 8 (26,7%) de centro-esquerda e uma (3,3%) de esquerda. 46,7% iam do centro-direita à direita. Destes 14, nove disputaram o pleito sem vinculação com candidaturas competitivas ao governo. Um esteve formalmente com Hartung, e outro esteve informalmente com ele, mas, na prática, também seguiu isolado. Três estiveram com Mauro. Ou seja, era o maior grupo da Casa e bastante pragmático, priorizando suas carreiras. A seguir, o centro tinha 23,3%. Destes 7, quatro ficaram com Hartung e três,

¹ As tabelas que se seguem são de elaboração própria e/ou reaproveitadas de PEREIRA (2014).

com Mauro. A postura oposicionista deste deveria indicar, teoricamente, um afastamento com relação ao governo, mas as filiações dos parlamentares na eleição tiveram mais a ver com o uso estratégico de um ou outro candidato para buscar o “efeito cauda” no pleito. Dos 30% restantes (9 nomes) eram de centro-esquerda ou de esquerda. Era o grupo mais comprometido com políticas, com 5 para Mauro e 4 para Hartung nas urnas. Pela lógica aqui apresentada, o bloco de centro-direita/direita teria prevalência para negociar com o governador. O centro poderia usar a posição de pivô, decidindo para onde a maioria iria: 53,3% do centro até a esquerda ou 70% do centro até a direita. É claro que isso dependeria da capacidade dos blocos de se manterem unidos, o que é estruturalmente difícil para os legisladores no Brasil.

Ocorre que a barganha tinha uma limitação. A preferência de Hartung (e de Mauro, mesmo na oposição) ia do centro até a esquerda. O centro-direita estava no espaço de indiferença do governador. Mas a direita estava fora de sua preferência, devido à sua vinculação com o que foi genericamente chamado de “crime organizado” e que, na discussão aqui presente tinha a ver com sua participação no PMD. De forma mais específica, o ponto era o seguinte: o núcleo da coalizão não poderia ser formado por apenas dois deputados. Os companheiros da aliança eleitoral também não poderiam ocupar tal posição, pois ela era muito heterogênea e distante ou autônoma com relação a Hartung. Restava atrair os que apoiaram Mauro. Neste grupo, o destaque ficava com o PT, que dispunha de quatro nomes e havia conquistado a Presidência da República. Hartung precisaria de um diálogo privilegiado com o governo federal. Além do PT, havia pessoas aliadas a prefeitos da Grande Vitória (CV), que sempre dependiam do Executivo estadual. Era o caso de Sueli Vidigal e do Cabo Elson, ligados ao prefeito da Serra; Marcelo Santos, ao prefeito de Cariacica e Mariazinha Vellozo Lucas, mãe do dirigente da capital. Estes 8 mais os 2 hartunguistas do PPS, os dois do partido de Hartung (PSB) formavam um núcleo de 12, que poderia atrair os que es-

tavam no espaço de indiferença do governador, que seriam mais cinco, chegando a um grupo de 17, um a mais que a maioria simples. A classificação acima tem alguns problemas, pois Luiz Carlos Moreira e Sérgio Borges entraram como centro devido à vinculação partidária com o PMDB. Na prática, eram ligados ao PMD, estando na área de exclusão para formar o núcleo. Então, 13 parlamentares, onze de direita e mais os dois citados agora, formariam uma Oposição ou seriam forçados a aderir à coalizão como periferia, com menores benefícios. Quer dizer: um núcleo de 12, com cinco adesistas e 13 que seriam forçados a seguir ou ficar na Oposição.

Um núcleo de coalizão com 12 legisladores, com quatro do PT, dois do PDT, dois do PSB, dois do PPS, uma do PSDB e um do PMDB representariam um grau alto de dispersão. A Mesa dispunha de três cargos importantes (Presidente, Primeiro e Segundo Secretários). Além deles, a presidência da comissão de Constituição e Justiça e a de Finanças. E a liderança do governo. Ou seja, 6 postos capazes de controlar o trâmite. Era muita gente para poucos cargos relevantes. É claro que posições o Executivo poderiam ser usadas para compensar. De qualquer forma, o que está sendo dito aqui apenas como exercício mental é que Hartung não dispunha de um grupo fiel a ele, suficientemente grande para ocupar o núcleo, obter os postos mais importantes para dirigir o Parlamento e, com isso, impedir o descontentamento dos restantes. No interior deste núcleo teórico, a dispersão de forças era muito grande. E, dado que o PT dispunha não só do maior número, como de maior unidade interna e a vantagem estratégica do governo federal, esta bancada se posicionou para comandar o núcleo da coalizão, exigindo o cargo de Presidente para Cláudio Vereza. Mais ainda, optou por negociar com Hartung e não com os pares. Quer dizer, os cinco aderentes teóricos ao núcleo não teriam como disputar os cinco cargos importantes que sobravam depois do de Presidente, pois eram cinco para 8 pessoas. A única solução seria a oferta de posições no Executivo. A alta dispersão tornaria a barganha custosa ao Executivo.

Eleição	% CEST	% CNE
1986	70	30
1990	70	30
1994	90	10
1998	90	10
2002	83	17

O que foi dito até aqui, porém, ignora um ponto fundamental: o cargo mais importante da ALES era o de Presidente, não só pelo controle do trâmite, mas por conta do uso da máquina do Parlamento: cargos e verbas. O PMD havia se transformado em núcleo das coalizões anteriores por conta deste fator. O Presidente (Gratz) atendia aos interesses dos pares com recursos internos ao Palácio Domingos Martins e com a mediação de acesso aos recursos externos, do Executivo. Isto era possível pela concentração de poder nas mãos de uma pessoa, que conseguia atrair a maior parte dos restantes, reduzindo a Oposição a um grupo mínimo. E aí cabe a compreensão de que os deputados estaduais do ES representam, em geral, bases eleitorais restritas, que são demandantes de TCRs. Se eles conseguirem os meios para manter a fidelidade de seus eleitores, basta que consigam ocupar as posições superiores nas listas dos partidos/coligações para que sejam eleitos. Um dos instrumentos para isso, que acabou sendo revelado durante o mandato de Hartung, foi o desvio de verbas para entidades associativas, que seria conhecido como “mensalão capixaba”. O caráter escandaloso do evento desviou a atenção para o fato de que, durante a vigência do PMD, meios materiais da ALES podiam e foram usados pelos parlamentares de acordo com os seus interesses. No exemplo em tela, verbas da Casa, que seriam destinadas ao patrocínio de entidades assistenciais, foram desviadas, de acordo com a denúncia feita, para uso privado dos legisladores. O “enriquecimento ilícito” eclipsou o fato de que havia uma prática de usar o orçamento da Casa para fins definidos pelos seus membros. A questão principal não chega nem a ser o desvio ilegal, mas o fato de que o “mensalão capixaba” mostrou um dos possí-

Cest	N	%
Deputado Estadual	9	36
Candidatura	7	28
Vereador	4	16
Parente	3	12
Secretário Municipal	1	4
Conselheira do TCE	1	4

veis usos. Cargos de gabinete e em toda a estrutura da ALES eram valiosos para sustentar cabos eleitorais e fechar alianças com lideranças locais. Emendas orçamentárias executadas, como resultado pressão exercida sobre o Executivo, pesavam. Verbas legais e ilegais dirigidas às bases tinham grande valor. Até mesmo as verbas desviadas poderiam ser usadas não para o enriquecimento pessoal, mas para conquistar apoios e votos.

Padrões de carreira e Transferência Concentrada de Recursos (TCR)

É usada aqui uma classificação da carreira dos deputados estaduais (PEREIRA, 2014) com base nos termos: Carreira Estatal (CEST) e Carreira Não Estatal (CNE). A primeira indica o uso, por parte de quem foi eleito, de recursos públicos. Se uma pessoa era vereadora antes de sua eleição à ALES, ela foi considerada como tendo uma trajetória CEST. Se, antes do pleito, era, digamos, dirigente de um Sindicato, foi classificada como CNE. A maioria dos parlamentares estaduais estudados nos anos 1990 têm carreira CEST (PEREIRA, 2014). O mesmo raciocínio vale para o ES. Abaixo segue uma tabela que mostra os resultados para a ALES. Vale notar que a cassação de Gratz e sua substituição por Sérgio Borges (PMDB) não afeta os resultados apresentados a seguir:

A Carreira Estatal prevalece, variando de 70 a 90%. Ou seja, o plenário era formado por pessoas que haviam, anteriormente, lidado com recursos públicos e/ou com formas de apresentação e disputa do voto popular. Dos eleitos em 2002, apenas 5 de 30

Classe	% 90	% 94	% 98	% 02
Interior	60,0	53,3	56,7	30,0
CV	33,3	40,0	23,3	60,0
Misto	6,7	6,7	20,0	10,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0

foram inseridos no indicador CNE: Euclério Sampaio (PTB), Geovani Silva (PTB), Cláudio Thiago (PL), Robson Valillant (PL) e Janete de Sá (PSB). Dos 25 com carreira CEST, surge o quadro abaixo:

A maioria (36%) exerceu mandato na ALES entre 1998 e 2002. 28% foram candidatos a algum mandato eletivo. Destes, 3 chegaram a exercer o cargo de deputado estadual em algum momento. Ou seja, 12 (40% do plenário) foram deputados estaduais antes da posse de 2003. 16% foram vereadores. 3% foram parentes de pessoas com posições de poder públicas. Um foi Secretário Municipal e uma foi Conselheira do Tribunal de Contas. Trata-se de um grupo de pessoas experientes no trato com a coisa pública e com o funcionamento do Legislativo, já que 16 foram deputados estaduais ou vereadores. 50% mais 1 da Casa tinham tal perfil.

A pesquisa citada também classificou as bases eleitorais dos eleitos. Seus votos foram distribuídos de acordo com as cidades. A soma de municípios que ultrapassasse 50% do que a pessoa teve no pleito foi considerada sua base eleitoral. Interior indica que só cidades do interior formaram a base. CV indica apenas cidades da Grande Vitória. Misto resulta da combinação de cidades do interior e da CV na base:

Nota-se que o interior foi dominante de 1990 a 1998, com uma inversão para 2002, quando a CV elegeram 60% da Casa. Combinando este dado com o tipo de carreira em 2002, temos o seguinte:

Parlamentares da CV prevaleceram nos dois tipos de carreira, com destaque para o fato de que todos os CNE vieram da área mais urbanizada do estado. Aparentemente, portanto, teria havido uma "modernização" rápida em 2002, com a presença de legisladores da área mais urbanizada. Este dado, contudo, deve ser observado com atenção. A Grande Vi-

Tipo de carreira	N	%	CV	Interior	Misto
Cest	25	83	13	9	3
CNE	5	17	5	0	0

tória é formada por municípios com lógicas políticas próprias que reproduzem o que poderia ser chamado de oligarquias competitivas. Ou seja, em cada cidade há grupos políticos, muitas vezes divididos em várias legendas, entre os quais o que prevalece é a disputa pelo poder, a ocupação estratégica da máquina pública e não tanto o propósito de ali chegar para colocar em prática políticas com as quais tais grupos se vinculam ao eleitorado, o que seria uma forma mais acabada de poliarquia. É possível apontar sinais de rompimento com tal lógica "tradicional", de tipo oligárquica. Em Vitória, o PT representou o centro-esquerda, o PSDB (de Hartung e Luiz Paulo) sustentou o neoliberalismo. O embate entre os dois criou condições para um avanço na direção de uma poliarquia mais consolidada. Entretanto, a emergência de forças evangélicas e a continuidade de lideranças de bairros de classe trabalhadora, com perfil mais "tradicional", impôs certo limite para a mudança. Para ser mais claro: lideranças de Vitória, do PT e do bloco PSDB/PPS, naquele momento, se dirigiam a um eleitorado de classe média buscando agregar e representar políticas. Mas havia setores do eleitorado sob a influência de forças que eram ideologicamente conservadoras, mas que se apresentavam como representantes de demandas do tipo TCR. Esta afirmativa era válida para todas as cidades do núcleo da CV.

Na Serra, a liderança de Sérgio Vidigal estava inserida no PDT. Ideologicamente, seguia uma linha de centro-esquerda, mas comprometida com forças oriundas de denominações evangélicas. Este grupo suplantou dirigentes oligárquicos tradicionais, herdeiros do passado agrário do município. Houve modernização da máquina pública na cidade, por meio de um perfil administrativo voltado ao *welfare state*. Contudo, os "benefícios" eram direcionados aos bair-

ros na forma de recursos concentrados ali alocados, com as "obras" sendo reivindicadas pelo governo e pelos aliados, muitos deles evangélicos e conservadores. Neste sentido, o PDT de Vidigal ficou a meio termo entre políticas e recursos aos aliados com eleitorados circunscritos no interior da cidade. Como se não bastasse, as práticas de poder se diferenciaram pouco da tradição oligárquica. No pleito de 2002, Vidigal apoiou sua esposa, Sueli, que havia sido sua Secretária de Ação Social, para a ALES perante os eleitores da Serra. Ali, ela teve 83% de sua votação pessoal. Ao mesmo tempo, apostou em um subalterno da Polícia Militar, conhecido como Cabo Elson, que havia sido candidato a vereador em Cariacica, em 1996, pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Em 1998, tentou a Câmara dos Deputados, pelo PSC, legenda associada a evangélicos. Em 2000, foi candidato a vereador em Vitória, pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN), que funcionava como agremiação com perfil indefinido. Filiado ao PDT, em 2002, Elson teve mais votos pessoais em Cariacica (16,7%), em Vitória (16,6%), em Vila Velha (13,6%) e na Serra, com apenas 8,5%. Quer dizer, foi uma aposta de Vidigal fora da Serra. Na cidade, concentrou votos na esposa para a ALES e no seu secretário de Serviços, o médico Carlos Manato, que obteve uma vaga de deputado federal pelo PDT. Esta seção do PDT capixaba tinha elementos programáticos, mas a formação do grupo se deu em termos pragmáticos, buscando a adesão de pessoas que eram conservadoras e/ou descompromissadas com a linha política do líder. E forças baseadas nas igrejas evangélicas e/ou nos bairros, demandantes de bens concentrados, tinham espaço relevante na Serra. Os que não se aliassem a Vidigal poderiam buscar o governo do estado, o que fizeram no mandato de José Ignácio e pela vinculação do PMD, como foi o caso dos deputados estaduais (reeleitos em 2002), Luiz Carlos Moreira (PMDB) e Gilson Gomes (PFL). Em Vitória, mal ou bem, havia uma estruturação do campo político em torno da dualidade PT x PSDB, que levou à eleição de Mariazinha Vellozo Lucas (PSDB), com 44,8% de seus votos na capital; Anselmo Tose (PPS), com 43%;

Brice Bragato (PT), com 31%; e César Colnago (PPS), com 27%. Ao lado deles, contudo, os deputados estaduais reeleitos José Esmeraldo (PFL), com 36%; Sérgio Borges (PMDB), com 15%; além de um novato, o pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, Robson Vaillant (PL), que havia chegado ao estado há pouco tempo, vindo do Rio de Janeiro. Ele amealhou 20% de seu voto pessoal em Vitória. Nesta lista, 4 parlamentares "modernos" e 3 "tradicionais", sendo que Esmeraldo e Borges eram vinculados ao PMD.

Em Cariacica, a competição oligárquica entre várias lideranças era antiga. Em 2000, foi eleito Aloízio Santos, pelo PSDB, para dirigir a cidade. Seu filho, Marcelo Santos, tentou uma vaga na Câmara de Vereadores, sem sucesso, pelo PDT. Em 2002, o prefeito jogou peso no nome dele para a ALES, ocupando, pelo PTB, a cadeira com 77% de seus votos pessoais no município. Ao contrário deste, em linha mais programáticas, entraram Helder Salomão (PT), com 71%, Janete de Sá (PSB), com 25%, sem contar o citado Cabo Elson (PDT). Tanto Marcelo Santos quanto o Cabo Elson não poderiam ser considerados "modernos", pelas razões apresentadas antes.

Vila Velha, de forma semelhante à Serra, viu a emergência de um grupo progressista, centrado na figura de Max Mauro e que elegeu seu filho, Max Filho, pelo PTB, prefeito da cidade em 2000. A família Mauro teve uma participação histórica no MDB/PMDB capixaba, mas dele se desvinculou no início dos anos 1990 para circular por várias legendas de acordo com as conveniências da conjuntura. O município contava com uma longa tradição de forças populares tradicionais, que construíram suas carreiras por meio da prestação de serviços a eleitorados cativos, particularmente médicos. Ao lado deles, grupos oriundos de igrejas evangélicas. O PT local, por outro lado, emergiu da militância católica de base. Dele saiu a figura do deputado estadual reeleito em 2002, Cláudio Vereza, com 38% de seus sufrágios ali. O auditor-fiscal Cláudio Thiago (PL) teve 39%. O investigador aposentado da Policial Civil Euclério Sampaio (PTB) teve 34%. O pastor Reginaldo Almeida (PPB), que também

era vereador na cidade, teve 24%. O adventista Délio Iglesias (PSC) teve 32%. O jogador de futebol Geovani Silva (PTB) teve 37%.

Segundo Diemerson Saquetto (2007), foram eleitos oito legisladores vinculados a igrejas evangélicas em 2002. Destes, cinco foram citados acima como tendo base em Vila Velha: Cláudio Thiago, Euclério Sampaio, Geovani Silva, Reginaldo Almeida e Délio Iglesias. Os três primeiros estiveram em arranjos de campanha aliados a Max Mauro. Ao mesmo tempo, entraram na categoria chamada aqui de CNE. Numa abordagem simplista, havia 18 com base eleitoral na CV. Na lista feita acima, porém, há dois com destaque na CV, mas que precisaram também de votos do interior (Borges e Gomes). Desta forma mais grosseira, seriam 20. O grupo que poderia ser considerado demandante de políticas era formado por apenas 8 pessoas (Lucas, Tose, Bragato, Colnago, Sá, Salomão, Vereza, Vidigal). Entre os que dependiam de transferências de recursos, 4 vinham do PMD (Esmeraldo, Borges, Moreira, Gomes), ou seja, eram políticos que construíram suas carreiras por meio da prestação de serviços a eleitores de bairros. A eles, devem ser juntados o filho do prefeito de Cariacica, Marcelo Santos e o pragmático Cabo Elson. Também três evangélicos ativos (Vaillant, Almeida, Iglesias), de perfil mais assumidamente conservador. Nesta lista, 9 "tradicionais" contra 8 "modernos". Três nomes deixariam dúvidas por conta do pouco que se sabia deles: Sampaio, Silva e Thiago. Eles tinham Carreiras Não Estatais como resultado do simples fato de que se identificavam por suas profissões, mas não por alguma militância sindical e associativa, como foi o caso de Janete de Sá. E eram todos fiéis evangélicos.

A evolução dos fatos mostraria que, dos três acima apontados como dúvidas, somente Thiago se posicionou ao longo do mandato como demandante de políticas. Ao final, portanto, dos 18 com base na CV e mais 2 com voto importante na região, 11 eram "tradicionais" e 9 eram "modernos". Qual a razão de pintar este quadro? É a de mostrar que, apesar da mudança ocorrida em 2002, com muito mais peso da

CV, a maior parte de seus legisladores eram dependentes de TCRs. Quem pudesse oferecer mais vantagens materiais a eles, com indiferença com relação a seus posicionamentos ideológicos, teria grande vantagem no jogo. E vale destacar o número significativo de "novatos", alguns localizados como CNE.

Quem dá mais?

O PMD era liderado por Gratz e contou com um total de 10 parlamentares na legislatura de 2003. Eram eles: Gilson Amaro, Fátima Couzi, José Esmeraldo, Gilson Gomes, José Ramos, Marcos Gazzani, José Tasso, Rudinho de Souza, Luiz Carlos Moreira e Sérgio Borges. Por proximidade ideológica, com perfil conservador e/ou pragmático, quatro pessoas se aproximaram deles: Heraldo Musso, Reginaldo Almeida, Délio Iglesias e Marcelo Santos. Estes quatro tinham experiência política. Um total de 14 já estava bem próximo à maioria (16). Eles ainda foram capazes de atrair seis nomes, chegando a 20.

O PMD era um núcleo já constituído. A base material de sua unidade estava nos benefícios distribuídos ao longo das presidências de Gratz. Além disso, a ação da Força Tarefa intensificou a necessidade de que permanecessem juntos. Um detalhe importante do funcionamento do PMD era a forma discreta como os meios eram distribuídos entre seus membros. Isto era um *modus operandi* que foi preservado e reforçado pela vigilância da Força Tarefa. A imprensa acabou descobrindo que eles estavam se reunindo, mas poucas informações foram vazadas. Neste ambiente, houve condições para, a partir do número alto e da postura de Hartung, que se recusou a negociar com eles, atrair os quatro políticos experientes citados acima, um ex-prefeito (Musso), dois vereadores (Almeida e Iglesias) e o filho de um prefeito (Santos). Não seria difícil perceber que seria mais fácil vencer com eles.

O detalhe importante está nos "novatos", todos com base na CV e quase todos classificados aqui como CNE e como evangélicos. Foram eles: Cabo El-

son, Geovani Silva, Robson Vaillant, Euclério Sampaio e Cláudio Thiago. Até certo momento, Edson Vargas esteve com o grupo. Atrai-los era necessário para obter a maioria. O detalhe é que a Força Tarefa estava se esforçando para impedir a posse de alguns do PMD, de forma que ultrapassar a maioria simples era importante. Como isso foi feito? Não há prova empírica disponível nas fontes consultadas, mas a teoria ajuda a sugerir o que parece ter acontecido. Gratz esteve nos bastidores. Os 10 do PMD ficaram fechados, agregaram os experientes e passaram a fazer leilão dos cargos na chapa, em especial o posto de presidente. Ao que parece, em diferentes momentos, os novatos se viram diante da possibilidade de ficar na cabeça do bloco.

Do outro lado, estava Hartung, fechado com o PT na presidência e recusando os membros do PMD. O espaço de manobra do governador era bem mais estreito que dos aliados de Gratz, que não vetaram ninguém. Ele demorou a agir, talvez na expectativa de que cinco participantes do PMD fossem impedidos, o que faria com que caíssem para 15 votos. Além disso, foi feito um acordo público com as direções do PL e o PPB, o que daria, na conta final, 16, pois Vaillant e Thiago viriam pelo PL, junto com Musso, Almeida e Couzi, pelo PPB, já que Amaro seria afastado.

Só que as direções dos partidos citados não tinham comando sobre seus membros, pelo simples fato de que não tinham o que oferecer em troca. No final das contas, duas chapas foram apresentadas. A do PMD foi formada por Geovani Silva, presidente; Marcelo Santos, 1º vice-presidente; Euclério Sampaio, 2º vice-presidente; Cabo Elson, 1º secretário; Heraldo Musso, 2º secretário; Délio Iglesias, 3º secretário, e Rudinho de Souza, 4º secretário. Vemos aí três dos chamados novatos (Silva, Sampaio, Elson), dois experientes adicionados (Santos e Musso) e um do PMD (Rudinho). A outra chapa teve Cláudio Vereza, presidente; Mariazinha Vellozo Lucas, 1ª vice-presidente; César Colnago, 2º vice; Robson Vaillant, 1º secretário; Reginaldo Almeida, 2º secretário; Paulo Foletto, 3º secretário e Edson Vargas, 4º secretário. PT, PSDB e

PPS entraram com os primeiros nomes. O PL e o PPB com os seguintes. Daí o PSB e Vargas, que desgarrou do outro grupo.

Como foi dito no início, em 3 de fevereiro, o ple-nário foi fechado, impedindo a entrega da ordem de afastamento de Tasso, Amaro, Gazzani, Borges e Gomes. Contados os votos, a chapa 1 teve 19. A 2 teve 11. O escrutínio foi secreto, mas, pelo conhecimento dos fatos, é possível indicar que Vereza foi sufragado por ele, por Vargas, Lucas, Vidigal, Castegioni, Salomão, Foletto, Sá, Tose, Colnago e Bragato. Os nomes de Almeida e Vaillant foram inseridos na chapa 2, mas é certo que desobedeceram a seus partidos, o que tem a ver com a explicação dada acima. O erro de cálculo de Gratz e André Nogueira esteve na decisão de "enclausurar" os eleitores. Se os cinco citados tivessem sido impedidos, mesmo assim, a chapa de Geovani teria vencido por 15 contra 11.

Com a divulgação da conversa entre eles e a decisão legal, Hartung abriu novas rodadas e passou a negociar com todos. Ele aprendeu a lição: não poderia excluir ninguém. Os cinco citados acima foram afastados, além de Couzi e Moreira. Dos 23 restantes, Musso apresentou atestado médico e não esteve na nova eleição, em 10 de fevereiro. Ou seja, dos 10 membros do PMD, 8 foram excluídos no novo pleito, mas não da Assembleia, retornando a seus cargos depois. Esta medida foi fundamental. A nova chapa teve a seguinte configuração: Cláudio Vereza, presidente; Mariazinha Vellozo Lucas, 1ª vice-presidente; Sueli Vidigal, 2ª vice; Anselmo Tose, 1º secretário; Paulo Foletto, 2º secretário; Robson Vaillant, 3º secretário e Euclério Sampaio, 4º secretário. Os dois últimos, eleitores de Geovani, ingressaram na Mesa. Vargas ficou com a presidência da Comissão de Finanças e Ramos com a de Justiça. De todos os membros do PMD, apenas este ficou com um cargo relevante. Assim, foram obtidos 22 votos.

A presença de atores externos à dinâmica do Executivo e do Legislativo, em particular os operadores do aparelho policial-judiciário e a imprensa, alterou o peso da balança. Hartung contou com eles para

afastar Gratz em 2002 e mais 8 parlamentares em 2003, além de expor os demais ao escrutínio público. Mesmo assim, também teve que negociar. Desta forma, foi possível construir uma Mesa “segura”, pois os cargos mais relevantes ali são os de presidente, primeiro e segundo secretários, que ficaram com o PT, o PPS (Tose, do grupo de Hartung) e PSB. Esta configuração mudou o quadro de comissionados e eliminou os esquemas de distribuição de verbas. Foi isso que acabou com o PMD. Todavia, os parlamentares citados retornaram. Ao longo da legislatura, foram mantidos na defensiva pelo ativismo judicial e pela cobertura desfavorável da imprensa contra eles. Para a nova configuração da coalizão de governo, este elemento foi fundamental para o chefe do Executivo. O núcleo da coalizão ficou, de início, com uma mistura de aderentes pós-eleitorais (PT), aliados eleitorais (PSB, PSDB) e grupo pessoal (PPS). O restante era formado pelo antigo PMD, os parlamentares conservadores-pragmáticos com carreira CEST e os novatos, muitos com carreira CNE (mas com fraca sustentação social). O desmonte do PMD colocou este grupo na dependência de recursos controlados diretamente pelo Executivo e não mais pelo Legislativo. Desta forma, foi criado um bloco de Situação que reduziu muito o espaço para a Oposição e para Independentes. Não há espaço aqui para estudar a forma como as coisas de desenvolveram depois, mas a prevalência de Hartung ainda teve que passar por outras jogadas e não estava garantida de todo.

O caso do Espírito Santo mostra que chefes do Executivo que não conseguem ocupar o núcleo da coalizão com o seu partido e/ou seu grupo político, podem perder a capacidade de gerir a distribuição de recursos aos parlamentares. No final das contas, para a maioria, tendo em vista o padrão de carreira que os torna dependentes de TCRs, o que importa é ter acesso aos meios. O PMD é uma configuração informal que conta com alta concentração de poder na figura de quem ocupa a presidência em troca de atendimento aos pleitos dos pares. Neste sentido, o segredo ou a falta de transparência é de fundamen-

tal importância. Ele pode envolver esquemas ilegais ou manobras que transfiram capacidade de decisão com relação a verbas para o Legislativo, sem o ônus de assumir responsabilidade para com políticas. No ES, para ser vencido, foi necessário contar com acusações legais e com a reconcentração de poder no Executivo, sem romper com a maioria. Durante a segunda parte do mandato de Bolsonaro, os PMDs da Câmara e do Senado assumiram o controle de recursos pelo orçamento secreto, emendas pix, Fundo Partidário e, quem sabe, outros meios ainda desconhecidos. Ao ser eleito, Lula não teve como desmontar este modelo. Ao contrário de Hartung, optou por aceitar a reeleição nas duas Casas. O ativismo judicial está concentrado na extrema direita, que é minoria no Congresso. Isto preserva os PMDs. Lula não teve como ocupar o núcleo da coalizão com “os seus”. Sua agenda é bastante pesada. A Oposição de extrema direita está na defensiva, mas isso preserva os parlamentares com perfil conservador-moderado tradicional e pragmáticos. Se não for possível usar agentes externos, como foi o caso capixaba, o embate se dará nas etapas do PPA, da LDO e da LOAS para 2024. Todas estarão paralelas a votações importantes para o governo, como arcabouço fiscal, que vão aumentar muito o poder de barganha dos PMDs. Desta forma, a tarefa de voltar ao controle do orçamento, portanto, será difícil de ser cumprida.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes da evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ABRÚCIO, Fernando. **Os Barões da Federação**: os Governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BASSI, Camillo M. Orçamento secreto: discutindo as consequências do caráter impositivo às emendas parlamentares do relator-geral. **IPEA**, Brasília, Nota Técnica n. 105, p. 1-13, 2023.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2005.
- GARCIA, Lúcia; AMORIM, Radanezi. Fitas ligam Gratz à eleição. **A Gazeta**, Vitória, 8 fev. 2003. Disponível em: gazetaonline.globo.com/jornalagazeta/politica/politica.php?cd_materia=111428&cd_site=41 Acesso em 8 fev. 2003.

PEREIRA, André R. V. V. **Por baixo dos panos**: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo. Vitória: EDUFES, 2014.

RIBEIRO, Romiro. Empoderamento do Congresso Nacional, orçamento secreto e outras distorções do orçamento público: proposta de mudança. **Revista Cadernos de Finanças Públicas**, Brasília, Ed. 3, n. 22, p. 1-31, 2022.

SANTOS, Fabiano. Microfundamentos do clientelismo político no Brasil: 1959-1963. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 459-496, 1995.

SANTOS, Fabiano; TRAUTMAN, Thomas. As eleições de 2022. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa E. (Orgs). **Democracia e eleições no Brasil**: para onde vamos? São Paulo: Hucitec, 2022. p. 125-139.

SAQUETTO, Diemerson. **A invenção do pastor político**: imaginários de poder político construídos a partir da história das bancadas evangélicas. 2007. 317 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

